



REPORTAGEM DE CAPA

OPORTUNISTA E INÚTIL

*O vazamento
da delação
premiada de Paulo
Roberto Costa por
ora não afeta
o cenário eleitoral,
mas atrapalha
as investigações
da Justiça*

por ANDRÉ BARROCAL*

O PROCURADOR-GERAL da República, Rodrigo Janot, chegou preocupado ao seu gabinete na segunda-feira 8. Segundo o noticiário do fim de semana, o ex-diretor da Petrobras preso na Operação Lava Jato acusava vários políticos de receber propina na estatal e listara alguns das dezenas de personagens supostamente envolvidos. Ao implicar três governadores, ao menos um ministro e uma penca de parlamentares no acordo negociado com policiais federais, promotores e um juiz, Paulo Roberto Costa tenta se safar de uma condenação pesada por lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, entre outros crimes. Como a delação premiada ainda está em curso, a menção pública ao nome dos políticos é delicada. Os acusados podem tentar apagar rastros, arranjar meios de desacreditar o delator e contratar caros advogados. Ao mesmo tempo, Costa pode se aproveitar do clima eleitoral para se promover ou enganar os investigadores. Um cenário indesejado por quem, como o procurador-geral, pretende chegar ao âmago da história.

Uma das primeiras providências de Janot foi convocar um dos integrantes da força-tarefa de procuradores criada para reforçar as apurações da Lava Jato, operação da Polícia Federal realizada em março que levou, além da prisão de Costa, ao desmonte do esquema de corrupção. Era preciso agir para proteger a delação, desde o início criptografada e guardada em um cofre no Paraná. Com a campanha presidencial a toda velocidade e Brasília sem pensar em outra coisa a não ser nas eleições, era de se imaginar uma verdadeira caça ao material, como ocorreu de fato. Governo e oposição buscam confirmações oficiais das notí-

cias e repórteres brigam para descobrir mais nomes e detalhes. Os procuradores decidiram lutar para preservar o sigilo das informações enquanto for possível, para “garantir a efetividade das investigações”, como dito em nota oficial.

Não é de agora que o procurador-geral demonstra receio quanto ao prejuízo que a Lava Jato pode sofrer em decorrência da exploração político-eleitoral. Em julho, durante um café da manhã com jornalistas, disse trabalhar duramente para apresentar à Justiça as denúncias possíveis e cabíveis. E fazia duas ressalvas. O esquema desbaratado era descomunal e sofisticado e exigia uma série de troca de informações com o Banco Central, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras e a Receita Federal. E não havia como correr e atropelar certas etapas. É o tipo de rastro que os delatados não teriam mais como destruir. A outra ressalva: “Não faremos uso político da investigação. O processo eleitoral não determina o tempo do trabalho”.

Principal candidato a politizar o tema, o presidenciável Aécio Neves, do PSDB,

TASSO MARCELO/ESTADÃO CONTEÚDO, JOEDSON ALVES/ESTADÃO CONTEÚDO E ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



pensa o oposto. O chefe da assessoria jurídica de sua campanha, Carlos Sampaio, deputado federal e na origem promotor de Justiça, repete no Congresso que o País precisa conhecer o teor da delação antes da eleição de 5 de outubro. O motivo, não explicitado pelo parlamentar, é o presumido potencial de estragos que a revelação completa dos citados, a maioria integrante da base aliada, poderia causar às campanhas de Dilma Rousseff, sem dúvida o principal alvo das denúncias, e Marina Silva, atingida secundariamente pelo aparecimento do falecido Eduardo Campos entre os mencionados pelo ex-diretor da Petrobras. Em terceiro lugar nas pesquisas e cada vez mais coadjuvante no jogo eleitoral, Aécio talvez enxergue na história uma maneira de ressuscitar sua campanha. Por ora, o efeito foi nulo. Nas pesquisas de intenção de voto divulgadas após o novo escândalo, o tucano ficou na mesma. Pior: sua taxa de rejeição subiu a um patamar capaz de inviabilizar suas pretensões.

Sampaio insiste. Segundo ele, o ideal seria a CPI da Petrobras, da qual



O doleiro Yousseff (ao lado) quer seguir o mesmo caminho do ex-diretor da Petrobras. Janot, o procurador-geral, promete evitar os holofotes





Alvos. O vazamento mira Dilma Rousseff. Marina Silva defende a presunção de inocência apenas para os seus

faz parte, ter acesso imediato e diário aos informes do ex-diretor da estatal. A comissão bem que tentou botar a mão nos depoimentos, sem sucesso até o fechamento deste texto, na noite da quinta-feira 11.

Aécio Neves explora eleitoralmente o assunto desde a primeira hora. No sábado 6, sua campanha colocou na internet um vídeo no qual o senador utiliza palavras duras. Para o tucano, Costa fez as “mais graves denúncias de corrupção da nossa história recente” e ex-

pôs um “mensalão 2”. Não dá mais, disse, para tolerar o PT no poder. A mesma toada foi seguida pelo mineiro em entrevistas, compromissos públicos e na propaganda eleitoral na tevê. Mas um fato chamou atenção. Aécio parece solitário em sua cruzada. Tucanos de envergadura e aliados do DEM, apesar de suas tendências udenistas, não engrossaram o coro do presidencialista.

Em viagem aos Estados Unidos, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, aparentemente mais preocupado em eleger Marina Silva do que em apoiar seu correligionário, fez uma declaração protocolar e, de certo modo, favorável a Dilma Rousseff. Disse acreditar que a presi-

denta não tinha conhecimento de estripulias na estatal petrolífera. Seria culpa da no máximo por escolher mal os subordinados, o que demoliria sua imagem de gerente. Afirmou ainda não saber se a delação premiada do ex-diretor da estatal mudaria o rumo a campanha. Talvez recolocasse a ética como tema, conjecturou.

Na CPI da Petrobras, nenhum senador reforçou a posição do candidato tucano. Só um ou outro deputado, a começar por Sampaio, o que dá uma ideia da pouca disposição do alto clero do PSDB em embarcar na linha de ataque. A comissão de inquérito convocou Costa para depor na quarta-feira 17, mas até o escudeiro de Aécio demonstrava pouca esperança em relação aos resultados do testemunho. O mais provável é o ex-diretor ficar quieto, pois o acordo de delação premiada requer um certo recato público. É possível que o depoimento, se vier mesmo a ocorrer e dependente de autorização do Supremo Tribunal Federal, seja dado em uma sessão secreta. Nesse caso, mesmo se Costa deixasse escapar uma informação interessante à oposição, não haveria uma imagem de tevê capaz de ser utilizada na propaganda televisiva de Aécio.

No embalo do noticiário e da cruzada tucana, a presidencialista Marina Silva também tentou tirar proveito do suposto conteúdo da delação – e de uma maneira bastante seletiva. Quando a notícia surgiu, a candidata do PSB, após comício na Bahia, afirmou ser preciso aguardar o fim das apurações. A razão do cuidado não resulta do figurino “nova política”, mas da citação a Eduardo Campos, seu ex-companheiro de chapa.

Dias depois, Marina subiu o tom. Defendeu o falecido Campos, mas não usou o mesmo critério de presunção de inocência em relação aos demais, principalmente aos aliados de Dilma. Segundo a ex-senadora, o governo mantinha uma



“quadrilha que estaria acabando com a Petrobras”, embora tenha poupado a presidenta, em uma declaração redundante, de “responsabilidade direta pessoalmente”.

Qualestrago a permanência do assunto no noticiário poderia provocar? As últimas pesquisas de intenção de votos ouviram os eleitores quando as supostas denúncias tinham invadido o noticiário. A massa eleitoral petista é, porém, mais pobre e menos escolarizada, consome menos jornais, revistas e informações sobre política. Portanto, é possível que não estivesse informada do caso no momento das entrevistas, o que deixa no ar a hipótese de ainda ocorrer algum impacto nas intenções de voto em Dilma. Seria, porém, pouco provável, analisa Marcelo Souza, diretor do MDA, institutos que realiza levantamentos a pedido da Confederação Nacional do Transporte. O eleitor do PT, afirma, parece acostumado às acusações contra o partido. Além disso, diz, se houver algum efeito e o eleitor desistir de votar em Dilma, a opção mais natural seria migrar para Marina, por uma identificação pessoal,

e não para Aécio, portador de uma imagem elitista. Caso seja assim, a aposta final do tucano terá sido seu último grande erro. Sem tirar votos da ambientalista, o senador não tem como avançar ao segundo turno.

Eleições à parte, a tão comentada, mas não vista delação premiada causou problemas na base aliada. Entre os acusados de receber propina está Edison Lobão, ministro de Minas e Energia, providencialmente em férias e incomunicável no Maranhão nos últimos dias. A dúvida sobre o envolvimento do ministro é o principal motivo para Dilma ter disparado ordens a uma série de auxiliares na tentativa de obter o conteúdo oficial da delação. Em entrevistas, a presidenta defendeu-se. Disse não poder tomar providências baseada em notícias sem respaldo de provas ou atos oficiais. A mídia, afirmou, não é fórum para decidir quem é corrupto. Se Lobão tiver mesmo sido envolvido por Costa, admite-se no governo, sua permanência no cargo seria insustentável.

O governo solicitou uma cópia da delação à Polícia Federal, mas o pedido foi negado, sob o argumento da necessidade

de sigilo. O controlador-geral da União, Jorge Hage, mandou um ofício ao procurador-geral para conseguir o material. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, tenta uma reunião com Janot para reforçar o pedido. Se o procurador-geral se negar a atender, Dilma promete recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Na quarta-feira 10, dois senadores procuraram Janot em busca de informações sobre a delação e saíram frustrados. São eles Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá, e Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal. Buarque reconheceu: apressar o Ministério Público a duas semanas das eleições “seria uma temeridade”.

Até agora, não está claro como supostos trechos da delação premiada tornaram-se públicos. Para o governo, pontuou no domingo 7 o secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, é obra de uma combinação de interesses. De um lado, os da oposição, que tenta “um pouco no desespero mudar o rumo da campanha”. De outro, os de Costa, que, quanto mais prejudicar um acusado, mais chance tem de suavizar suas futuras condenações. De meados de agosto até agora, dois advogados desligaram-se da defesa do ex-diretor da estatal, Nélcio Machado e Cassio Quirino Norberto. O segundo ainda estava no posto quando o ex-diretor começou a delação em 29 de agosto. Deixou-o no dia em que a mídia começou a noticiar alegados trechos dos depoimentos, na sexta-feira 5.

Formalmente, a custódia da delação é repartida neste momento entre Janot, com poder legal de propor à Justiça ações penais contra congressistas, e o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Criminal da Justiça Federal do Paraná. Em despacho na quarta 10, Moro rejeitou permitir o acesso da CPI da Petrobras à delação. A solicitação, conforme seu despacho, deveria ser dirigida ao ministro

Boca a boca. Aécio Neves aposta na delação para reanimar sua campanha



REPORTAGEM DE CAPA



Pressão. A CPI da Petrobras pressiona por acesso aos documentos. O juiz Moro e o ministro Zavascki vão decidir

do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, responsável pelas ações contra políticos detentores de foro privilegiado. Há, porém, uma sutileza formal a embotar as esperanças da CPI e a favor daqueles que defendem o sigilo da delação. Enquanto os depoimentos de Costa não terminarem nem houver a checagem dos relatos, o processo não chegará for-

malmente ao STF. Até lá, sua liberação dependerá da disposição do procurador-geral, contrário ao acesso.

Moro é especialista em crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro e comanda as ações judiciais da Operação Lava Jato desde o início. Após três anos de investigações, a operação liquidou em março um esquema que girou cerca de 10 bilhões de reais. Empreiteiras subornavam funcionários públicos em troca de contratos na Petrobras. Costa dividia a comissão com políticos que o mantinham no cargo. Também funcio-

nava na via contrária: as empresas financiavam deputados e senadores em troca de contratos obtidos por estes decorrente da íntima relação com o ex-diretor da estatal. Em qualquer das situações, a origem ilícita do dinheiro era disfarçada por uma rede de doleiros, chefiada por Alberto Youssef, também preso.

Costa era peça valiosa da engrenagem. Pela longa permanência na Petrobras, provavelmente tem muitas histórias a contar. Funcionário de carreira desde 1977, destacou-se na empresa a partir dos anos 90. No governo FHC, foi gerente-geral de exploração na região Sul, gerente de gás, diretor da subsidiária Gaspetro e gerente-geral de logística. Na gestão Lula, assumiu a superintendência da transportadora de gás da Bolívia ao Brasil. Em 2004, chegou à diretoria de Abastecimento, uma das mais importantes da estatal, responsável pela construção de novas refinarias e pela frota petroleira. Ficou por lá oito anos, até deixar a companhia em 2012, no embalo da mudança de presidente.

Por causa desse histórico, Janot e Moro tentam evitar que os interesses eleitorais imediatos destruam uma rara oportunidade de desbaratar um extenso esquema de corrupção, um marco nas investigações desse tipo de crime. Os dois levam vantagem em relação a outros que pretenderam desbaratar quadrilhas incrustadas no Estado. São tecnicamente preparados e mostram-se avessos aos holofotes e ao jogo de interesse de grupos políticos e da mídia. O Brasil agradecerá se continuarem firmes. Mais importante que influenciar as urnas de forma enviesada é livrar o País de estruturas criminosas. •

*Colaborou Fabio Serapião

ED FERREIRA/ESTADÃO CONTEÚDO, J. F. DIORIO/ESTADÃO CONTEÚDO E FELIPE SAMPAIO/SCO/STF